

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PEDROSA - 2019

NOTAS EXPLICATIVAS

NÚMERO DE ORDEM	NOTA
1	1 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA A Prefeitura Municipal de Fernando Pedroza/RN é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade máxima de administração pública no município, sendo representante do Poder Executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira. Criado oficialmente como município por força de lei e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil, representa a entidade máxima na administração pública no referido município. Com base nos termos constitucionais, o Poder Executivo é responsável por legislar sobre os assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, além de instituir e arrecadar os tributos de sua competência
2	2 - DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES Os serviços técnicos da contabilidade no ano de 2019, foram executados de acordo com a legislação vigente, permitindo o acompanhamento da execução orçamentária, da situação patrimonial e o levantamento das demonstrações contábeis, no período dos meses de janeiro a dezembro de 2019, correspondendo ao exercício financeiro, conforme disposto no art. 34, da Lei Nacional nº 4.320/64. A execução dos trabalhos e estrutura das demonstrações contábeis foi executada em observância ao disposto nas Leis nº. 4.320/1964, nº. 101/2000, nas Portarias MF nº 184/2008 e STN nº. 438/2012, 634/2013 e 700/2014, além das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público do Conselho Federal de Contabilidade. Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados o regime de caixa para a arrecadação das receitas, e o de competência para execução das despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei n.º 4.320/64, de forma integrada com as NBCASP/Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e os princípios contábeis estabelecidos pela Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade.
3	3 - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS As demonstrações financeiras das Contas de Governo – exercício de 2019, estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no País, essas aplicáveis às entidades públicas, de acordo com a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, e elaboradas em observância a estrutura do Manual de Contabilidade Aplicadas ao Setor Públicos – MCASP – Parte V – 7ª Edição, instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como pelas normas instituídas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande Norte, em especial, através da Resolução nº 12/2016 - TC. As demonstrações contábeis do Município foram geradas conforme essas normas acima, todas adequadas à nova estrutura do PCASP/Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, e compõe as Contas de Governo do ente público municipal. As referidas demonstrações são compostas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais, e apresentadas de forma consolidada, contendo as contas dos Poderes Executivo e Legislativo. Todas as demonstrações contábeis estão complementadas pelas referidas notas explicativas constantes deste relatório. O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Em sua estrutura, evidencia as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário no período, tendo sido elaborado de acordo com a estrutura definida do MCASP. As receitas municipais estão compostas pelas seguintes fontes de financiamento: - Receitas Correntes: . Receitas tributárias: . Impostos de competência municipal, tais como: IPTU/Imposto Predial e Território Urbano, IRRF/Imposto de Renda Retido na Fonte, ITBI/Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e ISSQN/Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza; e taxas de competência municipal, tais como: a concessão de licenças e alvarás; habite-se; licença de vendedores ambulantes; coleta de lixo; taxas de cemitério, etc.; . Receitas Patrimoniais: . arrecadação originada do gerenciamento do seu patrimônio mobiliário, imobiliário e financeiro, tais como: juros recebidos e alugueis; . Transferências Correntes: . arrecadação da prefeitura originada de outras esferas de governo, como União e Estado do Rio Grande do Norte, tais como: FPM, ICMS, IPVA, ITR, FUNDEB, entre outras, bem como receitas voluntárias, isto é, pela livre vontade do repassador (programas e convênios); . Outras Receitas Correntes: . arrecadação pela prefeitura e não classificáveis nos grupos anteriores, tais como: multas e juros de mora, e indenizações e restituições; - Receitas de Capital: . Operações de crédito: . são recursos financeiros oriundos da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos obtidas junto a entidades públicas ou privadas, internas ou externas; . Alienação de Bens: . são ingressos financeiros com origem específica na classificação orçamentária da receita proveniente da alienação de bens móveis, imóveis ou intangíveis de propriedade do ente público; . Transferências de Capital: . são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados para atender despesas em investimentos ou inversões financeiras, a fim de satisfazer finalidade pública específica; sem corresponder, entretanto, a contraprestação direta ao ente transferidor; . Outras receitas de capital: . são classificadas nessa origem as receitas de capital que não atendem às especificações anteriores. Enquadram-se nessa classificação, a integralização de capital social, a remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, resgate de títulos do Tesouro, entre outras. As despesas municipais se originam dos registros da classificação da despesa orçamentária e são efetuados por meio de rotinas específicas no sistema informatizado adotado pelo ente, sendo registradas no momento de seu empenho, obedecendo ao regime de competência. As despesas registradas nas Contas de Governo em questão se dão através das despesas empenhadas, que são aquelas que foram autorizadas pelo ordenador de despesas, e nem sempre houve o registro da sua liquidação e pagamento. Nas despesas realizadas encontramos a figura do Restos a Pagar, que são divididos em processados (liquidados) e não processados (não liquidados), cuja diferença se refere ao recebimento ou não, pelo ente público, do material adquirido ou serviço contratado. Até 31 de dezembro de 2019, se há despesas empenhadas e não pagas, essas são inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964.
4	4 - BALANÇO PATRIMONIAL O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público municipal, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Seus ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos e tem sido elaborado de acordo com a estrutura definida no MCASP. Caixa e Equivalentes de Caixa São representados por disponibilidade em moeda nacional, depositadas em instituições financeiras integrantes do sistema bancário brasileiro, na seguinte composição. Disponibilidade Financeira em 31.12.2019 Saldo em Caixa e Bancos R\$ 1.582.028,32 Créditos a curto prazo R\$ 0,00 Total R\$ 1.582.028,32 Imobilizado Registrando os bens públicos destinados à manutenção das atividades do ente, o referido grupo obteve a seguinte movimentação no exercício de 2019. No que se refere ao registro saldo de bens móveis e imóveis, tem-se a informar que o sistema contábil faz o registro automático de todas as entradas de bens pelo lançamento ocorrido no registro das notas fiscais no momento da liquidação pelo setor de compras. Com isso todos os bens móveis e imóveis adquiridos e/ou construídos, foram devidamente registrados pelos lançamentos contábeis realizados, de acordo com seu registro pelo valor original, incorporando, de forma acumulada, o total de R\$ 3.886.056,46. Nas Contas de Governo do exercício em tela, há a relação individual dos bens móveis e imóveis adquiridos e/ou construídos no exercício de 2019. Da Dívida Fundada Nas Contas de Governo do exercício de 2019 houve o registro, através do Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada, do saldo anterior apurado em 31.12.2018, os valores inscritos e baixados ao longo do ano de 2019, enfatizando ao final, o saldo dessa dívida, em 31.12.2019, o valor de R\$ 1.643.754,14. Vejamos os saldos dessa dívida, cuja comprovação das apurações pelos órgãos credores, é parte integrante desta prestação de contas anual/PCA. Ela está composta da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2019: Saldo de parcelamentos junto ao INSS 1.456.262,53 Saldo de parcelamentos junto ao Caern 169.070,06 Saldo de parcelamentos junto aos Precatórios/TRT 0,00 Saldo de parcelamentos junto aos Precatórios/TJ RN 0,00 Saldo de parcelamentos junto ao PASEP 18.421,55 Total 1.643.754,14 Patrimônio Líquido O Patrimônio Líquido/PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida da Prefeitura Municipal, ou seja, representa a diferença entre o "Ativo Real" e o "Passivo Real". Ao longo do exercício, ocorreu redução no patrimônio líquido da entidade, deixando-o em R\$ 3.140.066,24, decorrente do confronto entre variações ativas e passivas, apurado no Balanço Patrimonial.
5	5 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Em sua estrutura, evidencia as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário no período, tendo sido elaborado de acordo com a estrutura definida do MCASP. As receitas municipais estão compostas pelas seguintes fontes de financiamento: - Receitas Correntes: . Receitas tributárias: . Impostos de competência municipal, tais como: IPTU/Imposto Predial e Território Urbano, IRRF/Imposto de Renda Retido na Fonte, ITBI/Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e ISSQN/Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza; e taxas de competência municipal, tais como: a concessão de licenças e alvarás; habite-se; licença de vendedores ambulantes; coleta de lixo; taxas de cemitério, etc.; . Receitas Patrimoniais: . arrecadação originada do gerenciamento do seu patrimônio mobiliário, imobiliário e financeiro, tais como: juros recebidos e alugueis; . Transferências Correntes: . arrecadação da prefeitura originada de outras esferas de governo, como União e Estado do Rio Grande do Norte, tais como: FPM, ICMS, IPVA, ITR, FUNDEB, entre outras, bem como receitas voluntárias, isto é, pela livre vontade do repassador (programas e convênios); . Outras Receitas Correntes: . arrecadação pela prefeitura e não classificáveis nos grupos anteriores, tais como: multas e juros de mora, e indenizações e restituições; - Receitas de Capital: . Operações de crédito: . são recursos financeiros oriundos da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos obtidas junto a entidades públicas ou privadas, internas ou externas; . Alienação de Bens: . são ingressos financeiros com origem específica na classificação orçamentária da receita proveniente da alienação de bens móveis, imóveis ou intangíveis de propriedade do ente público; . Transferências de Capital: . são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados para atender despesas em investimentos ou inversões financeiras, a fim de satisfazer finalidade pública específica; sem corresponder, entretanto, a contraprestação direta ao ente transferidor; . Outras receitas de capital: . são classificadas nessa origem as receitas de capital que não atendem às especificações anteriores. Enquadram-se nessa classificação, a integralização de capital social, a remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, resgate de títulos do Tesouro, entre outras. As despesas municipais se originam dos registros da classificação da despesa orçamentária e são efetuados por meio de rotinas específicas no sistema informatizado adotado pelo ente, sendo registradas no momento de seu empenho, obedecendo ao regime de competência. As despesas registradas nas Contas de Governo em questão se dão através das despesas empenhadas, que são aquelas que foram autorizadas pelo ordenador de despesas, e nem sempre houve o registro da sua liquidação e pagamento. Nas despesas realizadas encontramos a figura do Restos a Pagar, que são divididos em processados (liquidados) e não processados (não liquidados), cuja diferença se refere ao recebimento ou não, pelo ente público, do material adquirido ou serviço contratado. Até 31 de dezembro de 2019, se há despesas empenhadas e não pagas, essas são inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964.
6	6 - BALANÇO FINANCEIRO O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. É um quadro com duas seções: os ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios. Foi elaborado de acordo com a estrutura definida no MCASP. As Receitas Orçamentárias tem a seguinte composição Valor/R\$ 1,00 Receita tributária 404.640,47 Receita de contribuições 0,00 Receita patrimonial 41.824,91 Receita de serviços 0,00 Transferências correntes 14.982.450,42 Outras receitas correntes 1.497,66 Operações de crédito 0,00 Alienação de bens 0,00 Transferências de Capital 506.735,13 Outras receitas de capital 0,00 (-) Contribuição ao Fundeb -2.129.525,05 Total 13.807.623,54 Nas deduções da receita orçamentária, tivemos as deduções para formação do FUNDEB ocorridas nas transferências constitucionais da União e Estado. Já as despesas orçamentárias elas têm a seguinte composição: Valor/R\$ 1,00 Pessoal e Encargos Sociais 9.199.627,10 Outras despesas correntes 3.787.717,81 Juros da Dívida Contratada 5.747,05 Investimentos 960.236,75 Inversões financeiras 0,00 Amortização da Dívida Fundada 241.723,13 Total 14.195.051,84
7	7 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS O demonstrativo evidenciará as alterações verificadas no patrimônio da entidade, resultantes ou independente da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, que foi apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. Foi elaborado de acordo com a estrutura definida no MCASP. Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Aumentativas, sendo: - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada; - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos: compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos; - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras: representa o somatório das Variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras; - Transferências e Delegações Recebidas: compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais; - Valorização e Ganhos com Ativos: compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos; - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: compreende o somatório das demais Variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores. Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo: - Pessoal e Encargos: além dos registros das despesas executadas com a remuneração do pessoal ativo da entidade e os encargos patronais, neste grupo temos o registro patrimonial das obrigações com provisão de 13º salário e férias, e seus respectivos encargos patronais, que são registrados mensalmente mediante informações encaminhadas pelo setor de pessoal; - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: representa o somatório das Variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação do ente público. Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc; - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras: compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias; - Transferências e Delegações Concedidas: compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intragovernamentais (câmara municipal), instituições privadas sem fins lucrativos; - Desvalorização e Perdas de Ativos: compreendem a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias; - Tributárias: compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas ao pagamento de despesa com o PASEP; - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Variações Patrimoniais Qualitativas As Incorporações de Ativo se referem ao saldo total de aquisições de itens do imobilizados, referentes a bens móveis e imóveis contabilizados como despesa de capital no grupo 4.4.00.00 - Investimentos. Resultado das Variações Patrimoniais O resultado econômico apurado no exercício entre as variações aumentativas e diminutivas apresentaram Superávit Patrimonial no valor de R\$ 2.883.646,44, devidamente incorporado ao Patrimônio Líquido da entidade.

8	<p>8 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA A DFC foi elaborada pelo método direto e evidenciam as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos seguintes fluxos, de acordo com as atividades da entidade: operacionais, de investimento e de financiamento. A soma dos fluxos deverá corresponder à diferença entre os saldos iniciais e finais de caixa e equivalentes de caixa do exercício de referência. Foi elaborado de acordo com a estrutura definida do MCASP. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais Os ingressos representam a arrecadação de receitas correntes pela entidade, bem como as transferências de recursos correntes no decorrer do exercício, excluídas as referidas deduções. As receitas extra-orçamentárias estão incluídas no item outros ingressos operacionais. Os desembolsos representam as despesas orçamentárias pagas no exercício, bem como pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores. Os repasses de recursos à Câmara Municipal estão incluídos na conta de Transferências Concedidas Intragovernamentais. As despesas extraorçamentárias estão incluídas no item outros desembolsos operacionais. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento Compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes, tais como as obras e instalações realizadas, aquisição de equipamentos e material permanente, e a aquisição de terrenos realizados pela entidade e representaram o importe de -R\$ 417.518,96. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento As atividades de financiamento compreendem as transferências de capital recebidas pela entidade dos governos estadual e federal, bem como o desembolso de despesas com amortização da dívida de parcelamentos já elencados nas notas do balanço patrimonial, e representaram o importe de -R\$ 241.723,13. Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa O resultado da soma das atividades operacionais de investimento e de financiamento apresentou, de forma acumulada, o valor de R\$ 231.361,99, correspondente à diferença entre os saldos iniciais e finais de caixa e equivalentes de caixa do exercício de referência.</p>
9	<p>9 - DISPOSIÇÕES FINAIS O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2019, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. São estas as notas explicativas das Contas de Governo – exercício de 2019, desse ente público municipal. Em, 31 de dezembro de 2019. Sandra Jaqueline Jota Ribeiro João Paulino dos Santos Neto Prefeita Assessor contábil – CRC/RN 4.398</p>